



Posse interrompe mandato de 10 anos na ACDF. E Lindberg começa aceitando as regras do jogo político, como na escolha do próximo diretor do Detur: "Indicação cabe ao governador, que coordena o processo político"

Pólo tecnológico será a prioridade de Lindberg

PAULOLYRA
Da Editoria de Cidade

Criar um pólo de alta tecnologia no Plano Piloto, instalar indústrias não poluentes nas cidades-satélites e estabelecer incentivos para a implantação de projetos de grande porte na região Centro-Oeste. Essas são as prioridades do novo secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Lindberg Aziz Cury.

Filho de imigrantes libaneses, nascido em 1934, em Anápolis, Lindberg notabilizou-se como liderança das classes empresariais do Distrito Federal. Na terça-feira, após conversar com o repórter, o secretário deixou o cargo de presidente da Associação Comercial do DF, que ocupava há dez anos, através de sucessivas

reeleições. No mesmo dia, porém, sua capacidade de corresponder aos anseios da categoria foi posto à prova, num concorrido almoço na sede da Federação das Indústrias de Brasília. Não foi dessa vez que essa imagem saiu arranhada: após responder a inúmeras questões, algumas delas bastante apimentadas, Lindberg saiu aplaudido.

No segundo andar da Secretaria, instalada num prédio do Sia, que poderia ser confundido com qualquer indústria, o novo titular traça seus planos. Ele pretende transformar Brasília num centro nacional para a realização de feiras, exposições e congressos. Também figura entre suas propostas a alteração do zoneamento do DF, com o objetivo de permitir a instalação de pequenas empresas em zonas residenciais.

Secretário, ontem parece ter sido um dia especial, quando o senhor foi homenageado à noite ao se despedir da presidência da Associação Comercial do Distrito Federal, após dez anos à frente da entidade. Mas, na hora do almoço, quando esteve reunido com a Federação das Indústrias de Brasília, parece que nem tudo foi festa. Algum tema apimentado, como a dívida do GDF com os empresários, constou do cardápio?

— Esse foi um dos pontos abordados, mas não necessariamente o mais importante. A Fibra, com sua representatividade, e também o Sindicato das Indústrias, solicitaram a intermediação da Secretaria para o pagamento imediato dos reajustes dos valores contratados de obras, assim como de outros serviços prestados ao GDF. A Fibra entende que esse atraso representaria um impasse nas atividades comerciais e industriais, pois tratam-se de serviços feitos ao longo dos anos, que eles têm necessidade de receber. Eu irei levar essa preocupação ao Governador, e verificar com ele a possibilidade de abreviar o máximo possível a liberação desse dinheiro. De qualquer maneira, como existe a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, eu disse a eles que temos um canal de comunicação para tratar desse e de outros problemas. Eles responderam me dando uma moção de confiança para tratar do assunto.

Que outros problemas foram tratados nesse almoço?

— Falamos sobre uma preocupação que vem acalorando o governador José Aparecido: o incessante e desordenado crescimento de Brasília e da região geoeconômica. É preciso criar mecanismos de trabalho para atender a essa população que está hoje sem possibilidade de entrar no mercado de trabalho, principalmente a localizada na periferia da cidade.

Qual será o primeiro passo nessa direção?

— Vamos reestudar a implantação de indústrias no Distrito Federal. Essas indústrias foram postergadas por mais de 20 anos. Toda vez que vinha uma indústria de fora para se estabelecer em Brasília, não encontrava espaço. E nem havia interesse, porque estava prevista a manutenção de Brasília apenas como capital administrativa. Hoje, diante do quadro de desemprego que temos, nos sentimos na obrigação de criar indústrias aqui. A situação é preocupante: dentro de 13 anos, no ano 2000, o Distrito Federal terá uma população acima de quatro milhões de habitantes.

A proposta seria criar um pólo de alta tecnologia no DF?

— Esse é um consenso já formado. Brasília deve localizar, no Plano Piloto, indústrias como informática, biotecnologia e outras classificadas como de alta tecnologia. Essas empresas utilizam técnicas modernas, não-poluentes e capazes de gerar muitos empregos. Nossa intenção é trabalhar para implantar de imediato esse pólo.

Mas esse pólo se restringiria ao Plano Piloto?

— Sim, ele poderia ser localizado próximo à UnB, ou no Setor de Oficinas Norte. Esses parecem ser os melhores locais.

Qual a alternativa para as cidades-satélites?

— Estimularemos o surgimento de indústrias que ofereçam sustentação às atividades normais de cada cidade, evitando o fluxo de pessoas que se deslocam de lá para trabalhar em outras localidades. Também serão indústrias não-poluídas e de pequeno porte: empresas que fabricam objetos de cerâmica, confecções, artesanato e outras.

Não estão previstas indústrias de grande porte no projeto da Secretaria?

— Nosso pensamento é criar

um macroprograma, em que o próprio Governo Federal participaria através da concessão de incentivos. A exemplo das deduções do Imposto de Renda destinadas à Sudam e Sudepe, nas regiões Norte e Nordeste, teríamos um incentivo para a Sudeco, no Centro-Oeste. O Governo repassaria à Sudeco em torno de 10% do montante que não fosse aplicado pela Sudam e Sudepe, para ser dirigido à nossa região. Isso permitiria criarmos pólos industriais no Entorno, na região Centro-Oeste, inclusive em Mato Grosso, e até além, chegando a Minas Gerais. Nessa categoria podemos incluir fábricas de automóveis, de pneus, enfim, toda a base industrial que existe hoje em São Paulo e em outros Estados.

Já existe um entendimento preliminar com o Governo Federal para realizar esse projeto?

— Em primeiro lugar, pretendemos partir para um processo de conscientização acerca da importância de viabilizar essa proposta. Brasília recebe hoje uma carga muito grande de migrantes do Brasil inteiro. Nossa pretensão é que as autoridades compreendam a necessidade de criar um incentivo para que as empresas, ao pagarem Imposto de Renda, possam contribuir para a implantação de indústrias também aqui na região. Esse projeto incluirá a agricultura e os empreendimentos agroindustriais.

Como seriam escolhidos os beneficiários desse incentivo?

— Isso ainda não está definido, mas achamos que poderia ser feito através de uma licitação direta, aberta às empresas que queiram se assentar em Brasília. O Governo daria condições adequadas para essa implantação, inclusive, quem sabe, financiamentos pelo BRB.

Mudando de assunto, como está a implantação da semana inglesa, que foi uma idéia muito levantada nas eleições?

— Sou francamente favorável à implantação da semana inglesa. Temos que ter claro, porém, que o comerciante do Plano Piloto, em grande maioria, já pratica a semana inglesa, encerrando suas atividades em torno de 13h aos sábados. Temos alguns pontos de conflito, como os supermercados, os shoppings e os magazines, que funcionam até mais tarde nesse dia. Realmente, grande parte da população, principalmente o funcionalismo público, procura fazer suas compras aos sábados. Na nossa proposta, as empresas que permanecerem abertas até 18h, deveriam manter as portas fechadas na segunda-feira pela manhã. Isso atenderia aos comerciantes, que têm participação nas vendas, e deixaria que os consumidores tivessem mais um dia para comprar.

Há setores do Governo que pretendem abrir o comércio até aos domingos. Como o senhor vê essa medida?

— É uma sugestão que visa atacar o desemprego, proposta pelo Ministério da Indústria e do Comércio. Eu entendo que ela poderia realmente abrir um novo mercado de trabalho, porque seriam contratadas novas pessoas. A proposta merece nossa atenção, principalmente se for aplicada nas zonas litorâneas, estações balneárias e outros locais onde o comércio só funciona no sábado e domingo. Para essas cidades, ela é interessante. Aqui em Brasília acho que não temos estrutura para abrir o comércio aos domingos, porque de nada adiantaria, simplesmente aumentaria o custo operacional das empresas. No Japão, onde há um fluxo turístico muito grande, essa idéia funciona. Algumas lojas abrem aos domingos e fecham num dos dias da semana. Na outra semana, a que fechou no domingo, passa a abrir, num revezamento.

Por falar em turismo, o senhor não quer adiantar o nome do novo diretor do Detur, órgão vinculado à sua Pasta?

— (Risos) A indicação cabe ao governador, como coordenador do processo político. Mas desde já temos um trabalho muito grande para fazer nessa área. Queremos atrair para Brasília feiras e exposições de todo o País, congressos políticos e toda espécie de eventos. Esse projeto vem tendo grande aceitação. Vamos receber muitas propostas a partir de agora e temos que nos preparar para isso.

Como o senhor recebe o nome de Athayde Passos da Hora, que vem sendo indicado pelas escolas de samba para a direção do Detur?

— O Athayde é um nome que representa muita coisa em Brasília. É um empresário conhecido, tem dado prova de sua capacidade e tem grande penetração junto às escolas de samba. O nome dele será lembrado no momento oportuno.

Que outras propostas a Secretaria possui para ampliar o mercado de trabalho?

— Basicamente, duas. A primeira consiste em alterar o zoneamento, passando a permitir o registro de firmas em unidades residenciais ou em setores mistos. Isso propiciará às pequenas empresas um custo operacional mais baixo, pois poderão operar nas próprias residências, dentro de ambientes familiares, evitando gastos de transporte. Tudo será feito com critério, para impedir que a poluição sonora prejudique o direito dos demais. Somente essa medida permitirá uma sensível ampliação do mercado de trabalho em Brasília. Por outro lado, os produtos industrializados no DF, tanto na área rural, quanto na área urbana, estão impedidos de ser comercializados legalmente, face às dificuldades impostas pelo Serviço Federal de Inspeção de Saúde para liberação do registro. Nós pretendemos fazer um convênio com o Ministério da Agricultura, passando essa supervisão diretamente para o GDF.



As satélites ganharão mais espaços no mapa da indústria. A meta é criar novas empresas de pequeno porte e parar migração de mão-de-obra para outras áreas, usando-a em indústrias têxteis e de artesanato.